

BENJAMIN E BORGES: POR UMA HISTÓRIA DA TRADUÇÃO

ELEONORA CASTELLI

Universidade Federal de Santa Catarina
eleonoracastelli@ig.com.br

Este artigo pretende levantar alguns tópicos de discussão concernentes à história da tradução, como o questionamento sobre a necessidade de traçar tal história, e sua possibilidade e eficácia.

Para tanto, abordar-se-á a tradução em sua vertente teórica, partindo das reflexões sobre história e tradução feitas por Walter Benjamin e relacionando-as às de Jorge Luis Borges. Trata-se de dois estudiosos que têm em comum o tempo histórico em que viveram, um certo deslocamento em relação ao país em que nasceram, e algum questionamento a respeito de tradução.

É necessário saber qual história da tradução pode ser contada através do pensamento de Benjamin e de Borges para então detectar a existência e o grau de um relato de dominação. Esta proposta permite a discussão a respeito da invisibilidade do tradutor. Saber, por exemplo, se a tradução seria uma busca por semelhança nos leva à noção de língua pura proposta por Walter Benjamin. Por sua vez, Borges fala das diferentes traduções de um mesmo texto, destacando os traços de época e as idiossincrasias dos diferentes tradutores que circulam pelo texto. Tradicionalmente vinha-se pregando a invisibilidade do tradutor no intuito de deixar transparecer o ori-

ginal, como se fosse possível acreditar em uma unidade lingüística, numa semelhança extrema entre o original e o traduzido. Este ponto tem sido questionado pelos estudos da tradução, notadamente na voz de Lawrence Venuti¹. A visibilidade do tradutor será abordada neste artigo, sempre com o objetivo de retrazar uma parte desta história da tradução que desponta com grande força neste século XXI.

De Borges serão utilizados aqui dois textos, «Las versiones homéricas» e «Las Mil y una Noches». De Benjamin, «A tarefa do tradutor» e «Teses sobre filosofia da história».

I

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.

Walter Benjamin, «A imagem de Proust».

Em um artigo publicado no *Folhetim* da Folha de São Paulo de 1984, Olgária Matos faz uma pequena reflexão a respeito do esquecimento como metáfora da morte. Ressalta que na Grécia antiga o esquecimento era a mais dolorosa das experiências, e que a morte heróica era um ato nobre que mantinha para sempre viva a memória. Segundo Olgária Matos «se a noção grega do tempo acolhe a morte para ultrapassá-la, nossa modernidade lhe retira a cidadania, a possibilidade de sua experiência e de sua posteridade»². Isso ocorre porque a sociedade moderna é guiada pela lógica do lucro, razão pela qual o luto, por exemplo, não é mais um tempo necessário e deve ser apagado. É a sociedade do tempo produtivo. A historiadora retoma Adorno ao dizer que se trata «de um mundo de coisas humanizadas e de homens reificados». É um mundo reificado, carente de recordação, onde «toda reificação é um esquecimento»³.

Em sua tese número IX sobre a história Walter Benjamin parte de um quadro de Paul Klee intitulado *Angelus Novus* para fazer uma reflexão sobre o progresso. Benjamin entende que o anjo ali representado quer afastar-se de algo que ele contempla com os olhos arregalados, a boca aberta e as asas prontas para voar. O mesmo aconteceria, segundo o alemão, com o anjo da História, o qual, com o rosto voltado para o passado, estaria diante de uma catástrofe única, contra a qual ele não pode fazer nada, pois uma fortíssima tempestade o impele para o futuro. Benjamin termina essa tese dizendo que «aquilo que chamamos de progresso é essa tempestade»⁴.

O progresso apaga o tempo passado, lhe dá ares de desnecessidade. Vive-se um presente contínuo, onde só importa o que aparece como novo, e esse novo se torna, em pouquíssimo tempo, um passado desprezível.

Diante deste quadro a memória pode ser percebida como salvadora ou vivificadora. Mas que memória pode sobreviver a esse poderoso fluxo

de presente? Sem memória estamos coisificados. Mortos, não reagimos face às numerosas informações que recebemos cotidianamente. Ainda em suas teses sobre filosofia da história Walter Benjamin aponta o calendário como um «acelerador histórico», pois «é o mesmo dia que retorna sempre sob a forma dos dias feriados, que são os dias da reminiscência» – são «monumentos de uma consciência histórica»⁵.

Benjamin critica em suas teses a versão da história proposta pelos historicistas que, linearmente, se contentam em apresentar um nexos causal entre diferentes momentos. Para Benjamin importa usar o método da montagem a fim de reestruturar o ocorrido, promovendo uma compreensão histórica que corresponde a uma «sobre-vida do compreendido». Márcio Seligmann-Silva ressalta que se trata de método «emprestado das artes plásticas», e que tal método «reinstitui o fragmento como forma»⁶. A história exposta via imagens permanece aberta, passível de atualização. O objetivo de Benjamin é mostrar os trapos e lixos, é desviar das reformulações universalizantes que os historicistas faziam e que tinham como consequência beneficiar o detentor do poder, pois, para o filósofo alemão, o historicista se identificava com o vencedor. Ele afirma em sua tese número VII: «os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes», e a consequência disso é que «nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura»⁷.

Segundo Marie Gagnebin, Walter Benjamin propõe em suas teses sobre o conceito de história «não apenas uma especulação sobre o devir histórico», mas também, «uma reflexão crítica sobre nosso discurso a respeito da história»⁸.

Sob o foco benjaminiano de história a tarefa do historiador consiste em construir o passado, mas também expõe uma certa impossibilidade de fazê-lo, ao criticar o discurso histórico. As imagens históricas propostas por Walter Benjamin indicam «não apenas que elas pertencem a um determinado tempo, mas antes, [o índice histórico nelas contido] diz sobretudo que elas atingem a legibilidade apenas num tempo determinado»⁹. Márcio Seligmann-Silva depreende da reflexão de Benjamin uma aproximação da tarefa do historiador com a tarefa do tradutor. Para Benjamin o historiador sintetiza, ou atualiza o que já ocorreu. Ele busca um momento de legibilidade da imagem histórica, traduz o ocorrido. O tradutor deve encontrar o local (*momento*) da traduzibilidade do texto. É graças à traduzibilidade que a tradução tem «relação de grande proximidade»¹⁰ com o original. Neste ponto historiador e tradutor encontram sua *Aufgabe*, ou seja, sua tarefa, que é também renúncia, visto que nem tudo é legível historicamente nem traduzível textualmente.

II

[...] poder-se-ia falar de uma vida ou de um instante inesquecível, mesmo que todos os homens o tivessem esquecido. Pois

se a sua essência exigisse não serem esquecidos, aquele predicado não conteria nada de falso, apenas uma exigência à qual os homens não correspondem e ao mesmo tempo também a referência a uma esfera, na qual essa exigência fosse correspondida: a uma lembrança de Deus.

Walter Benjamin, «A tarefa do tradutor».

Para Benjamin o conceito de vida encontra legitimação através da história, pois é através dela que pode ser determinado o «domínio da vida»¹¹. Ele afirma também que a existência de uma tradução depende da vida do original, o qual «alcança, de maneira constantemente renovada, seu mais tardio e vasto desdobramento»¹². Desta forma, encontram-se estreitamente ligados, original, tradução, história. Como manifestação de essência a tradução exprime o relacionamento das línguas entre si. O que as línguas têm em comum é uma essência significativa. Segundo o filósofo alemão a real afinidade entre as línguas se dá através daquilo que se quer designar. Trata-se de «algo que, no entanto, não pode ser alcançado por nenhuma delas isoladamente, mas somente na totalidade de suas intenções reciprocamente complementares: na pura língua»¹³. A tradução tem, para Benjamin, a função de deixar transparecer essa pura língua, pois ela faz continuar a vida do original através dos tempos, de maneira mais elevada justamente porque vence a barreira do tempo. Mas a tradução contém também em si o caráter provisório da língua que ainda não atingiu o estado de pureza de que fala Walter Benjamin. Por isso a tarefa do tradutor é também renúncia.

Atentemos agora para o que diz Jorge Luis Borges a respeito da tradução.

O argentino de forte formação inglesa nasceu sete anos depois do alemão que, em virtude da guerra e da conseqüente perseguição aos judeus, perdeu o direito à nacionalidade alemã. De uma certa forma, os dois pensadores se encontram deslocados, ocupando, assim, um lugar privilegiado para tecer reflexões a respeito de tradução.

Se Benjamin se mostra mais idealista, propondo a existência de uma língua pura, Borges expõe suas ponderações sobre tradução de maneira menos filosófica, em textos que analisam essa questão a partir de exemplos concretos. Borges afirma sua oportuna ignorância do grego, o que lhe possibilitou a rica, vasta e diversificada leitura de muitas versões homéricas. Por isso Borges declarou com tranquilidade que «el concepto de *texto definitivo* no corresponde sino a la religión o al cansancio»¹⁴. O escritor argentino se interessa pelo problema das conotações culturais das palavras em uma mesma língua¹⁵, pois para ele um texto, dadas as repercussões incalculáveis do verbal, é um sistema circular, irradiante, de impressões possíveis.

Quanto às diferentes traduções de um mesmo texto, assim se pronuncia Borges:

El Quijote, devido a mi ejercicio congénito del español, es un monumento uniforme, sin otras variaciones que las deparadas por el editor, el

encuadernador y el cajista; la Odisea, gracias a mi oportuno desconocimiento del griego, es una librería internacional de obras en prosa y verso, desde los pareados de Chapman hasta la *Authorized Version* de Andrew Lang o el drama clásico francés de Bérard o la *saga* vigorosa de Morris o la irónica novela burguesa de Samuel Butler¹⁶.

Conhecer a língua do original seria, sob esse prisma, um empobrecimento do leitor. Uma outra consequência desta afirmação é a mobilidade das obras traduzidas e também o fato de que o estatuto privilegiado das obras em língua estrangeiras se perde. No caso em questão, o próprio culto a Homero é deixado de lado. Torna-se então claro que, para Borges, não há texto definitivo.

Borges compara a relação entre texto original e tradução com a relação entre dois rascunhos, excluindo a possibilidade de hierarquização. A idéia de original se perde, e uma nova tradução não questiona o valor das traduções já existentes, sendo simplesmente a proposta de um novo texto. Para Borges o estatuto de texto definitivo não depende de características inerentes ao texto, mas do número de leituras feitas:

No hay un buen texto que no parezca invariable y definitivo si lo practicamos un número suficiente de veces¹⁷.

Por todas essas razões, para Borges, o problema colocado por um texto traduzido é inerente à literatura, ou seja, é a natureza do texto traduzido que o faz ser parte constitutiva da literatura. As diferentes versões homéricas são alguns destinos de um mesmo texto. Quando Borges analisa um mesmo trecho de Homero traduzido por vários autores, privilegiando, note-se, os ingleses, está, segundo ele, reconstituindo a história da literatura inglesa.

Abundo en la mención de nombres ingleses, porque las letras de Inglaterra siempre intimaron con esa epopeya del mar, y la serie de sus versiones de la Odisea bastaría para ilustrar su curso de siglos¹⁸.

Assim, a tradução tem para Borges, entre outras funções, a de produzir crítica literária, e, conseqüentemente, história. O tradutor deixa no texto suas marcas, assim como as do seu tempo. Ao falar da tradução das *Mil e uma noites* feitas por Galland, diz o seguinte:

Palabra por palabra, la versión de Galland es la peor escrita de todas, la más embustera y más débil, pero fue la mejor leída. Quienes intimaron con ella, conocieron la felicidad y el asombro. [...] Nosotros, meros lectores anacrónicos del siglo veinte, percibimos en ellos el sabor dulzarrón del siglo dieciocho y no el desvanecido aroma oriental, que hace doscientos años determinó su innovación y su gloria¹⁹.

Por essa razão, o interesse da tradução reside na impossibilidade de ser autêntica. Quando desaparecem as primeiras ressonâncias (ou seja, os contatos com o presente) de um texto, abre-se espaço para que o tradutor inscreva sua individualidade e sua época.

Mas atentemos à estratégia de Borges ao escrever esses dois textos: ele cita as versões inglesas em espanhol sem problematizar essa questão. Quem teria feito as traduções para o espanhol? Borges não diz, mas a ten-

dência é crer que ele é o tradutor²⁰. Esse método de expor e evidenciar o tradutor, manipulando os exemplos, dá à tradução um caráter de texto original. Ressalte-se, outrossim, que tanto a *Odisséia* quanto *As mil e uma noites* não têm um autor no sentido moderno do termo, o que evidencia mais ainda o tradutor.

Parece que para Borges a relação entre obras escritas é concebida nos mesmos termos que a relação existente entre as versões orais de uma história, daí o desaparecimento das noções de autoria e de propriedade literária. É justamente essa distância entre as traduções e o texto traduzido, (ou infidelidade e não literalidade) que dá às traduções o caráter de obras literárias autônomas.

Assim, se para Borges o crítico literário é aquele que fornece argumentos, provas e exemplos para sua demonstração, os exemplos dados nos dois textos estudados aqui, em sua qualidade de retraduições, podem ser vistos como falsas provas, as quais subvertem a demonstração. Portanto, o charme e o interesse de uma tradução não vêm da fidelidade ao texto original, mas da inscrição deixada pelo tradutor e seu contexto de trabalho. A crítica que busca o erro, julgando e condenando em nome de princípios e valores como a fidelidade ao original e o apagamento do tradutor, perde sua força sob esse foco.

Por fim, observe-se que o gênero adotado nas «Versiones homéricas» é a narrativa, ou seja, Borges conta a história das traduções de Homero, deixando, sutilmente, marcas de tempos literários a partir da tradução.

III

Dentre as tantas razões para que alguém decida contar uma história pode estar o desejo de eternidade. Trazer à tona o que não havia; há algo de criação nisso. Mas pode ser também o desejo de mostrar-se vivo, delimitar um espaço, o tempo de uma existência.

Se a sociedade do tempo produtivo gera coisas humanizadas e homens reificados, tal situação impede a relação com a memória. Mas se para os gregos o esquecimento era a metáfora da morte, herdamos a necessidade de lembrança. A sociedade do tempo produtivo gera um discurso de dominação onde os donos do capital contam sua própria história.

Segundo Benjamin, não pode haver nem história, nem tradução total. Ele propõe que se promova uma compreensão histórica que reestruture o ocorrido através do método da montagem, reinstituindo o fragmento como forma. Se ele afirma que não há transmissão de cultura isenta de barbárie, seu objetivo é deixar ao leitor o comentário sobre o fragmento histórico que lhe for apresentado. Desuniversalizar é abrir espaço para outras histórias paralelas, desfocalizando, descentralizando.

Benjamin e Borges têm posições diferentes. Discordavam, por exemplo, sobre a noção de texto original. No ensaio sobre a tarefa do tradutor (1923) Benjamin considera o texto traduzido dependente do texto original para viver. As traduções teriam o objetivo de levar o homem para perto da

língua pura. Rememoração de Deus. Mas, apesar da dependência, o original fica em um lugar à parte, visto que seu papel é o de gerar outros textos, os quais atuam mais claramente na busca da língua pura. Seguindo, porém, a observação de Márcio Seligmann-Silva, percebe-se que esta «visão hierarquizada que Benjamin ainda tentou manter no seu ensaio sobre a tradução, que vê uma impossibilidade de tradução das obras traduzidas foi superada agora²¹. Não há mais espaço para um limite da reprodução: tradução e original são apenas dois elos numa cadeia de novas traduções e de outros originais»²².

Borges vê nas diferentes traduções de um mesmo texto o local do não hierárquico. Para ele não há original, mas diferentes rascunhos, pois um texto definitivo só ocorre na religião ou no cansaço. O texto traduzido é um espaço de mobilidade e expressão, onde marcas de tempos e de idiossincrasias podem descrever uma história também. Desta forma, Borges e Benjamin, apesar das diferenças, não estão distantes, pois, para o argentino, a descentralização é fato. Os diferentes rascunhos são o relato de uma história a várias vozes. Para o alemão, a descentralização é uma necessidade.

Benjamin e Borges diferiam também no impulso que os fazia escrever: um era filósofo, o outro era contista. Suas reflexões produziam, no entanto, conseqüências que se complementam.

Contar a história da tradução sob o foco da tradução – e logo do tradutor, pois não há tradução sem tradutor – é discordar com o relato de dominação proposto desde sempre. Invisibilizar o tradutor é negar sua interferência no texto. O tradutor invisível é o homem reificado, esvaziado de seu poder transformador. Tanto Borges quanto Benjamin reconhecem no tradutor um ser ativo que propõe a novidade – o *trans*. O trânsito para a nova forma, para um novo conceito. Travessia.

A relação da história com a memória se interpõe através da mitologia grega. Mnemósine, teve com Zeus nove filhas, nove Musas. Clio, a Musa da História, era uma delas. Quando se narra uma história, tal narrativa diz respeito a algo vivido por uma pessoa ou um grupo de pessoas. Para além da narrativa pura e simples desenvolve-se o conhecimento da experiência narrada, transformando-se em História tanto quanto em memória coletiva. Daí, as mudanças.

Há, portanto, renúncia, tanto na tarefa de historiar quanto na de traduzir, pois, como já foi dito, não há história nem tradução totalizantes, completas, fechadas. Para Benjamin, no tocante à tradução, essa renúncia vem da distância em relação à língua pura. Para Borges, ela reside na impossibilidade de um texto autêntico. Esta impossibilidade é decorrente do tempo que passa, deixando para trás um presente que não mais volta. Ele se transforma.

O papel do tradutor é, para Benjamin e Borges, importante. Para ambos o tradutor é um ser ativo, visível. Ele trabalha o texto, deixa marcas. Seguindo o raciocínio de Benjamin, essas marcas são possíveis traços de uma língua pura, a língua do total entendimento. Já no pensamento de Borges, elas promovem evoluções literárias e, conseqüentemente, culturais.

Lawrence Venuti²³ vem, contemporaneamente, insistindo em que o tradutor tem de ser visto. Para ele a invisibilidade é o auto-aniquelamento do tradutor, que precisa fazer reconhecer seu trabalho sobre o texto traduzido. Evidencia-se, assim, que a reflexão feita na primeira metade do século XX por dois autores como Benjamin e Borges pode ter sido importante para que hoje outros estudiosos da tradução se preocupem com a pessoa do tradutor, seus direitos, seu estatuto profissional e intelectual.

Mais uma vez, é a importância da memória que aparece como antídoto contra a morte. De acordo com Walter Benjamin, cumpre discutir o panorama histórico que nos é proposto ou, segundo Borges, fazer história da literatura a partir de várias traduções de um texto. Assim, como é reflexo e reflexão, origem e tradução o poema borgeano (e de Walter Costa)²⁴ que é sobremaneira ilustrativo:

O nosso

Amamos o que não conhecemos, o já perdido.

O bairro que foi arredores.

Os antigos que não nos decepcionarão mais
porque são mito e esplendor.

Os seis volumes de Schopenhauer que jamais terminamos de ler.
A saudade, não a leitura, da segunda parte do Quixote.

O Oriente que, na verdade, não existe para o afegão, o persa
ou o tártaro.

Os mais velhos, com quem não conseguiríamos
conversar durante um quarto de hora.

As mutantes formas da memória, que está feita do esquecido.

Os idiomas que mal deciframos.

Um ou outro verso latino ou saxão que não é mais do que um
hábito.

Os amigos que não podem faltar porque já morreram.

O ilimitado nome de Shakespeare.

A mulher que está a nosso lado e que é tão diversa.

O xadrez e a álgebra, que não sei.

Eis que amar o presente não é mais que amar o passado, transformado, recriado, um outro, não mais que o mesmo. Na trans(formação) – travessia – eis que se recobram mitos e conceitos para, enfim, desmistificá-los. Como no poema acima: a experimentação feita de coerência; a tarefa que é renúncia e visibilidade.

NOTAS

- 1 Venuti, Lawrence. “A invisibilidade do tradutor”, in *Palavra 3*, Rio de Janeiro: Grypho, 1995, trad. Carolina Alfaro.
- 2 Matos, Olgária. “História e memória”, in *Folhetim – Folha de São Paulo*, 2 de setembro de 1984, nº 398, p. 6.
- 3 Apud Adorno in Matos, Olgária, op. Cit., p. 6.
- 4 Benjamin, Walter. “Sobre o conceito da história”, *Magia e Técnica, Arte e Política*, obras escolhidas vol. I, trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 10 ed., 1996, p. 226.
- 5 Benjamin, Walter. Op. Cit., p. 230.
- 6 Seligmann-Silva, Márcio. “*Double Bind*: Walter Benjamin, a tradução como modelo de criação absoluta e como crítica”, in *Leituras de Walter Benjamin*, org. Márcio Seligmann-Silva, São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 37.
- 7 Benjamin, Walter. Op. Cit., p. 225.
- 8 Gagnebin, Marie. “Walter Benjamin ou a história aberta”, in *Magia e Técnica, Arte e Política*, obras escolhidas vol. I, São Paulo: Brasiliense, 10 ed., 1996, p. 7.
- 9 Seligmann-Silva, Márcio. Op. Cit., p. 39.
- 10 Benjamin, Walter. “A tarefa – renúncia do tradutor”, in *Clássicos da teoria da tradução – Antologia Bilíngüe / Alemão – Português*, vol. 1, org. Werner Heidermann, trad. Susana Kampff Lages, Florianópolis: NUT, 2001, p. 193.
- 11 Benjamin, Walter. Op. Cit., p. 193.
- 12 Benjamin, Walter. Op. Cit., p. 195.
- 13 Benjamin, Walter. Op. Cit., p. 199.
- 14 Borges, Jorge Luis. “Las versiones homéricas”, in *Obras completas I*, Barcelona: Emecé, 1996, p. 239.
- 15 Louis, Anne Marie. “La traduction selon Jorge Luis Borges”, in *Poétique*, nº 107, set/1996, Paris: Seuil, p. 289.
- 16 Borges, Jorge Luis. Op. Cit., p. 240.
- 17 Borges, Jorge Luis. Op. Cit., p. 239.
- 18 Borges, Jorge Luis. Op. Cit., p. 240.
- 19 Borges, Jorge Luis. “Los traductores de las 1001 noches”, in *Obras Completas*, Barcelona: Emecé, 1996, p. 398.
- 20 Louis, Anne Marie. Op. Cit., p. 297.
- 21 Observe-se que o ensaio de Benjamin sobre a obra de arte na era da reprodutibilidade técnica foi escrito a partir de 1936.
- 22 Seligmann-Silva, Márcio. Op. Cit., p. 35.
- 23 Venuti, Lawrence. Op. cit.

- 24 Borges, Jorge Luis. “O Nosso”, trad. Walter Costa, in *Folhetim – Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 1984, nº 395.

REFERÊNCIAS

- Folhetim – Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 1984, nº 395.
- Folhetim – Folha de São Paulo*, 02 de setembro de 1984, nº 398.
- Folhetim – Folha de São Paulo*, 22 de junho de 1986, nº 489.
- Benjamin, Walter. «Sobre o conceito da história», *Magia e Técnica, Arte e Política*, obras escolhidas vol. I, trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 10 ed., 1996, pp. 222-232.
- Benjamin, Walter. «A tarefa – renúncia do tradutor», in *Clássicos da teoria da tradução – Antologia Bilingüe / Alemão – Português*, vol. 1, org. Werner Heidermann, trad. Susana Kampff Lages, Florianópolis: NUT, 2001, pp. 188-215.
- Borges, Jorge Luis. «Las versiones homéricas», in *Obras completas I*, Barcelona: Emecé, 1996, pp. 239-243.
- _____. «Los traductores de las 1001 noches», in *Obras Completas*, Barcelona: Emecé, 1996, pp. 397-423.
- Gagnebin, Marie. «Walter Benjamin ou a história aberta», in *Magia e Técnica, Arte e Política*, obras escolhidas vol. I, São Paulo: Brasiliense, 10 ed., 1996 pp. 7-19.
- Hamilton, Edith. *La mythologie – ses dieux, ses héros, ses légendes*, Paris: Marabout Histoire, 1978.
- Louis, Anne Marie. «La traduction selon Jorge Luis Borges», in *Poétique*, nº 107, set/1996, Paris Seuil, pp. 289-300.
- Seligmann-Silva, Márcio. «*Double Bind*: Walter Benjamin, a tradução como modelo de criação absoluta e como crítica», in *Leituras de Walter Benjamin*, org. Márcio Seligmann-Silva, São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, pp.15-46.
- Venuti, Lawrence. «A invisibilidade do tradutor», in *Palavra 3*, Rio de Janeiro: Grypho, 1995, trad. Carolina Alfaro.